

CARTA DE COMPROMISSO PÚBLICO COM AS POLÍTICAS SOCIAIS

Documento de posicionamento público de candidato(as) - Eleições Gerais 2026

Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais - andeps.org.br

PREÂMBULO

As políticas sociais constituem uma dimensão estruturante do Estado e um dos principais instrumentos para a garantia de direitos, a redução das desigualdades e a promoção do desenvolvimento nacional. Saúde, educação, assistência social, previdência, segurança alimentar e nutricional, habitação, trabalho e renda, cultura, direitos humanos e demais políticas de proteção e promoção social são fundamentais para assegurar cidadania, enfrentar desigualdades históricas e ampliar as oportunidades para a população brasileira.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um amplo sistema de direitos sociais e atribuiu ao Estado responsabilidades fundamentais na sua promoção e garantia. A consolidação dessas conquistas depende não apenas da existência de direitos formalmente reconhecidos, mas da capacidade do Estado de formular, financiar, implementar, coordenar, monitorar e avaliar políticas públicas capazes de alcançar a população em todo o território nacional.

Os desafios contemporâneos — entre eles o agravamento das desigualdades sociais e regionais, as mudanças climáticas, as transformações no mundo do trabalho, as transições demográfica e epidemiológica, a insegurança alimentar, as novas tecnologias e a necessidade de desenvolvimento sustentável — exigem políticas sociais articuladas, baseadas em evidências, pautadas pelas necessidades da população, sustentadas por financiamento adequado e apoiadas em instituições públicas com capacidade para cumprir os seus objetivos.

O fortalecimento das políticas sociais requer, portanto, o fortalecimento das capacidades estatais. A Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, criada pela Lei nº 12.094/2009, possui atuação transversal nos órgãos da administração pública federal relacionados ao desenvolvimento social. Seus integrantes atuam em atividades especializadas de assistência técnica, gestão, planejamento, monitoramento, avaliação e implementação de políticas públicas em diferentes áreas sociais. A valorização desta carreira está diretamente relacionada ao fortalecimento da capacidade do Estado brasileiro de produzir políticas sociais de qualidade.

Ao subscrever este documento, o(a) candidato(a) assume publicamente o compromisso de defender as diretrizes aqui apresentadas durante o exercício do mandato para o qual concorre, observadas as competências constitucionais e legais do cargo.

EIXOS PRIORITÁRIOS

- 01 Fortalecimento do Estado Democrático de Direito e das Políticas Sociais
- 02 Valorização da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais
- 03 Fortalecimento das Políticas Sociais, Sustentabilidade e Desenvolvimento Socioeconômico
- 04 Democracia, Participação Social e Controle Social

I. FORTALECIMENTO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS

- Defesa da democracia e de um Estado de bem-estar social no Brasil como instrumento de soberania, garantia da qualidade de vida da população e de redução das desigualdades nas suas diferentes dimensões.
- Fortalecimento da capacidade de planejamento e articulação do Estado brasileiro, por meio da recomposição dos quadros de servidores das áreas sociais e garantia das condições adequadas para o exercício das atribuições dos Analistas Técnicos de Políticas Sociais e demais servidores que atuam na formulação e implementação dessas políticas.
- Alteração do arcabouço fiscal vigente, com o propósito de restabelecer a capacidade estatal de investir em políticas sociais e de proteger os orçamentos da seguridade social e da educação contra contingenciamentos que prejudiquem a prestação de serviços públicos à população.
- Redução da participação das emendas parlamentares na execução orçamentária, de modo a fortalecer o planejamento técnico do Estado, garantir a alocação de recursos segundo critérios de interesse público e assegurar que as prioridades sociais não sejam subordinadas a interesses eleitorais ou particularistas.
- Defesa de um sistema tributário mais progressivo, mais justo e redistributivo, elevando a contribuição dos segmentos de maior renda, patrimônio e riqueza, de forma a garantir fontes permanentes de custeio e investimento nas políticas sociais.

II. VALORIZAÇÃO DA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS

- Reconhecimento da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais como carreira estratégica do Estado Brasileiro para a implementação das políticas sociais, assegurando sua estruturação, autonomia técnica e condições para o exercício pleno de suas atribuições.

- Valorização profissional dos Analistas Técnicos de Políticas Sociais, com transversalidade, mobilidade, correção do poder aquisitivo, observando o inciso X do art. 37 da Constituição Federal, e isonomia salarial em relação a outras carreiras com atribuições semelhantes.
- Preservação dos direitos previdenciários adquiridos e vigentes dos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas, rejeitando reformas que impliquem perda de direitos ou aumento da contribuição sem a devida contrapartida.
- Estabilidade no serviço público como mecanismo fundamental do Estado na salvaguarda dos servidores em sua atuação funcional, e rejeição a propostas que fragilizam o concurso público, como a PEC 32/2020, que representa grave ameaça à profissionalização do serviço público e aos direitos sociais.
- Ampliação da participação de servidores concursados no exercício de funções estratégicas da Administração Pública, e rejeição à transferência de atribuições legalmente definidas para empresas terceirizadas ou prestadores externos.
- Implementação de ações contínuas de combate e prevenção a todas as formas de assédio no âmbito da Administração Pública, assegurando um ambiente laboral pautado pelo respeito, pela inclusão e pela saúde física e mental dos servidores.

III. FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS, SUSTENTABILIDADE E DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

- Defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e dos demais sistemas públicos de proteção social, com garantia de financiamento adequado, gestão participativa e controle social, resistindo a processos de desmonte, privatização e desfinanciamento.
- Universalização e qualificação das políticas de seguridade social, incluindo previdência, assistência social, saúde, segurança alimentar e nutricional, emprego e renda, com ênfase no combate à pobreza, à fome e às desigualdades sociais.
- Promoção de políticas públicas específicas para grupos historicamente vulnerabilizados, garantindo a perspectiva de gênero, étnico-racial, geracional e anticapacitista.
- Ampliação do investimento público em políticas sociais, com garantia de recursos orçamentários estáveis e suficientes.
- Fortalecimento da educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade, em todos os níveis e modalidades, garantindo financiamento público, gestão democrática e valorização dos profissionais da educação, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE 2026-2036) e o Sistema Nacional de Educação.
- Defesa da autonomia universitária e do fortalecimento das instituições públicas de ensino superior, pesquisa e extensão, rejeitando políticas de padronização, mercantilização, privatização e militarização da educação.
- Compromisso com a segurança alimentar e nutricional, a agricultura familiar, a soberania alimentar e o desenvolvimento rural sustentável, como componentes essenciais das políticas sociais.

- Rejeição a propostas de redução da maioria penal, em defesa do princípio constitucional da proteção integral de crianças e adolescentes e da priorização de políticas sociais de prevenção à violência, educação, cultura e geração de renda como instrumentos eficazes de enfrentamento da criminalidade.
- Compromisso com um modelo de jornada de trabalho que garanta saúde, descanso semanal remunerado digno e convivência familiar aos trabalhadores, promovendo a conciliação entre trabalho e qualidade de vida.
- Defesa da valorização permanente do salário mínimo, com aumentos reais acima da inflação, e rejeição a qualquer proposta de desvinculação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e dos benefícios previdenciários do salário mínimo, assegurando que o piso constitucional da proteção social seja preservado como instrumento de redução da pobreza, de distribuição de renda e de garantia de dignidade à população brasileira.
- Fortalecimento da articulação intersetorial entre as políticas públicas, promovendo a integração entre as políticas sociais e superando a visão que fragmenta a compreensão entre desenvolvimento social e econômico.

IV. DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONTROLE SOCIAL

- Fortalecimento da participação social e do controle democrático nas políticas públicas, com ampliação dos espaços de diálogo entre Estado e sociedade civil, conselhos de políticas públicas, conferências, fóruns e demais instâncias participativas.
- Compromisso com a transparência, a integridade e o combate à corrupção, com adoção de políticas de prevenção, detecção e enfrentamento à corrupção, promoção do controle social sobre os recursos públicos e fortalecimento dos órgãos de controle.
- Defesa dos direitos humanos, das diversidades e da equidade, com enfrentamento das desigualdades étnico-raciais, de gênero, territoriais, culturais, geracionais e de pessoas com deficiência, assegurando políticas públicas inclusivas e acessíveis.
- Garantia da participação da ANDEPS e das entidades representativas das carreiras públicas nos processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, em especial no que diz respeito à definição das diretrizes para a gestão do serviço público.

COMPROMISSO COM A IMPLEMENTAÇÃO E O MONITORAMENTO

Ao subscrever esta Carta, o(a) candidato(a) assume publicamente o compromisso de defender as diretrizes aqui estabelecidas durante o exercício do mandato para o qual concorre, observadas as competências constitucionais e legais do cargo.

A ANDEPS acompanhará a implementação dos compromissos assumidos, por meio do monitoramento de proposições legislativas, políticas públicas, instrumentos orçamentários e demais iniciativas relacionadas às políticas sociais e à capacidade estatal para implementá-las.

A ANDEPS promoverá estudos, debates e divulgação de informações sobre a evolução desses compromissos, contribuindo para o acompanhamento público das políticas sociais.

TERMO DE ADESÃO

Declaro, para os devidos fins e sob minha responsabilidade pública, minha adesão aos princípios e compromissos constantes desta Carta de Compromisso Público com as Políticas Sociais, comprometendo-me a defendê-los no exercício do mandato para o qual concorro, observadas minhas competências institucionais.

Nome do(a) candidato(a):

Cargo concorrido:

Partido/Federação:

Unidade da Federação:

Local e data: _____

Assinatura: _____